

• 6 JUL 1983

JORNAL DO BRASIL

Diretora-Presidente: Condessa Pereira Carneiro

Vice-Presidente Executivo: M. F. do Nascimento Brito

Diretor: Bernard da Costa Campos

Diretor: J. A. do Nascimento Brito

Diretor: Walter Fontoura

Editor: Paulo Henrique Amorim

*Crédito
extenso*

Cultivando um Impasse

As evidências são de que o Brasil está condicionando o cumprimento de alguns dos seus compromissos no exterior a uma revisão dos termos de seus acordos com o Fundo Monetário Internacional. Não é outro o sentido da prorrogação do pagamento da segunda parcela do crédito-ponte de 1 bilhão e 450 milhões de dólares concedido pelo Banco para Compensações Internacionais (BIS).

O prazo para o pagamento vencia em 15 de julho, e o BIS contrariou sua política de não prorrogar empréstimos-ponte, abrindo uma exceção para o caso brasileiro. O que é preciso considerar nessas circunstâncias é o que está retardando um acordo nas contas do país e onde fixar as responsabilidades.

Tudo indica que muitos segmentos da vida nacional ainda resistem a assumir sua cota de sacrifício, a começar pelos funcionários públicos apegados aos chamados "direitos adquiridos". A manutenção dos "direitos" significa, em última análise, que os beneficiários atuais protelaram por mais uma geração, ou o tempo suficiente para que a lei caducasse, o dia dos cortes em seus benefícios.

Estamos, portanto, diante de um claro quadro de impasse político. O Fundo Monetário, que fun-

ciona como uma espécie de auditor internacional, tem a palavra para dizer aos banqueiros se o programa de austeridade aplicado pelo Governo é ou não suficiente para devolver a normalidade às contas nacionais. Enquanto o FMI não se pronuncia, os bancos ficam em uma atitude cautelosa. Os efeitos começam a se fazer sentir sobre os pagamentos e seus prazos, já agora nas pequenas contas.

É evidente que as responsabilidades no mundo contemporâneo não são limitadas às fronteiras do Brasil. Um importante jornal britânico, comentando a situação brasileira, chegou a alertar a comunidade financeira para as dimensões do país e a necessidade de assumirem uma postura de responsabilidade igual ao tamanho do problema. Não vale, em linguagem simples, retirar o tapete com um puxão brusco depois que ele foi colocado.

O que é de lastimar é que muitos segmentos na cúpula política do Governo façam o jogo dos que pensam que podem cultivar a inadimplência ou uma moratória não declarada. A continuação da vida dentro de um impasse será cada vez mais difícil para todos, e seus efeitos se farão sentir sobre as empresas privadas, em particular.